

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: 32

Data: 19/12/75 Pg.: _____

Ismarth desmente apoio à violência

Da Sucursal de BRASÍLIA

"A Funai não está instigando os índios guajajaras contra os invasores de suas terras no Maranhão, muito pelo contrário, estamos tentando convencê-los de que não devem partir para a luta contra os fazendeiros e posseiros, deixando que a própria Funai resolva o problema".

Esta afirmação foi feita ontem pelo general Ismarth de Araujo Oliveira, presidente da Funai, em resposta às acusações do governador Nunes Freire, do Maranhão, de que a própria fundação estaria estimulando os índios a destruírem as lavouras dos colonos.

"Mais uma vez sou obrigado a repetir — disse o general Ismarth — que o índio de hoje não é mais como o de antigamente. Ele tem maior consciência de seus direitos e está disposto a lutar por eles. Sou obrigado a discordar do governador do Maranhão, pois, na verdade, os índios só atacaram os posseiros porque foram ameaçados, numa clara atitude de defesa".

Gravidade

O general Ismarth de Oliveira apresentou um balanço da situação das terras indígenas no Maranhão e que, segundo ele, não é muito grave, a não ser na localidade de Canabrava, onde existe um povoado chamado São Pedro dos Cacetes, com 10 mil habitantes.

"Acredito — prosseguiu o general — que o principal problema no Maranhão não é da Funai, mas do próprio governo do Estado, que ainda não conseguiu resolver a

questão fundiária em diversas áreas ocupadas por grileiros. Nós, da Funai, já estamos buscando uma solução para o caso.

"Temos um instrumento legal, o Estatuto do Índio, que prevê a demarcação administrativa dessas áreas — concluiu — e vamos usá-lo, a não ser no caso das localidades onde já entramos com ação judicial, como os postos indígenas de Ararióbia, Angico Torto e Canudal".

O quadro

Este é o quadro apresentado pelo presidente da Funai sobre a situação das áreas indígenas no Maranhão: Ararióbia, Angico Torto e Canudal — proposta demarcatoria 117/72, pela Procuradoria Geral da República, aguardando decisão; existe ação de anulação e cancelamento de título proposta pelo Inca e área invadida por 600 pessoas em Canudal.

Bacurizinho: limite Sul contestado na Justiça; em janeiro será realizada perícia judicial. Cana Brava: existe um povoado com 10 mil pessoas dentro da área indígena; o problema vem sendo estudado, aguardando proposta de solução.

Canela: sem problema, área demarcada. PI-Governador: pequena invasão; está sendo feita a demarcação administrativa. PI-Krikati: área adquirida pelo Serviço de Proteção ao Índio em 12 de junho de 1960; área demarcada, está sendo feita a alimentação de rúas. PI-Porquinhos: ação demarcatoria 116/72 aguarda decisão judicial. PI-Canindé, Caru, Alto Turiaçu: a confirmação dos limites será dada pelo Projeto Rondon.